

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Folha de São Paulo* Class.: *Am-Madeira*
Data: *18.11.88* Pg.: *C-1* *39*

Dossiê prova conivência do governo com a extração ilegal de madeira

Funai diz que dinheiro vai para aldeias

Da Sucursal de Brasília

O dossiê do governo sobre a exploração de madeiras em áreas indígenas contém um documento de cinco páginas datilografadas, com o timbre da Funai, no qual Romero Jucá Filho denuncia a ação clandestina de madeiras nas aldeias. "Tem a Funai se defrontado com a presença constante dessas empresas retirando madeiras das áreas", registra o documento, assinado por Romero Jucá no dia 28 de março deste ano, quando ainda presidia o órgão.

Jucá afirma ainda no documento que as comunidades indígenas "com determinado grau de aculturação" têm consciência do valor monetário dos seus bens, como a madeira, e atuam no sentido de tirar proveito da situação, ou seja, comercializam o produto.

Em entrevista por telefone à Folha, Jucá, atual governador interino de Roraima, disse que a Funai procurou assinar contratos com as madeiras para evitar a "delapidação do patrimônio indígena". O dinheiro arrecadado com a venda das madeiras foi, segundo ele, revertido em benefício das aldeias.

Controle

O novo presidente da Funai, Iris Pedro de Oliveira, indicado para o posto pelo ministro-chefe do Gabinete Militar, Rubens Bayma Denny, concorda com Jucá. Acha que é preciso exercer algum tipo de controle sobre a atuação de empresas no interior das reservas indígenas. Ele lembra que, além das madeiras, há firmas de extração de minério.

Iris disse à Folha que não tinha conhecimento da existência de qualquer parecer jurídico atestando a ilegalidade dos contratos assinados pela Funai com as madeiras. Mas informou que estes contratos seriam "revistos". Romero Jucá, ao contrário, disse ter determinado, antes de deixar o cargo de presidente da Funai, a "suspensão" de todos os contratos.

No documento que elaborou para explicar os motivos que o levaram a negociar com as madeiras, Jucá diz que a ação das empresas em áreas indígenas "se arrasta por várias décadas". Disse também que chegou a propor ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) a assinatura de uma portaria conjunta para regulamentar a atividade. "Não obtive resposta", lamenta.

Segundo Jucá, a Funai não conseguiu fiscalizar os 83 milhões de hectares de reservas indígenas que estão sob sua responsabilidade, algo em torno de 10% da área total do país, de acordo com seus cálculos.

(JS)

JOSIAS DE SOUZA
Diretor-executivo da Sucursal de Brasília

Um dossiê secreto feito no Palácio do Planalto demonstra que o próprio governo vem sendo conivente com uma atividade considerada ilegal: a extração de madeiras em reservas indígenas. Contrariando a legislação, a Fundação Nacional do Índio (Funai), vinculada ao Ministério do Interior, permite a remoção de árvores nas aldeias. Dois pareceres jurídicos anexados ao dossiê, um deles com a assinatura do consultor-geral da República, Saulo Ramos, concluem que o ex-presidente da Funai e atual governador interino do território de Roraima, Romero Jucá Filho, assinou em setembro do ano passado contratos ilegais com madeiras.



Jucá Filho, ex-presidente da Funai

Os contratos foram firmados com três empresas: Indústria e Comércio de Madeiras Cometa, autorizada a extrair madeiras na área indígena Urueu Wau-Wau, em Rondônia; Madeira Noroeste, liberada para agir na área do Rio Branco, no município de Rolim de Moura, em Rondônia; e a Industrial Florestal Mehl da Amazônia, que obteve o aval para abater árvores nas reservas do rio Mequens e do vale do Guaporé, ambas no Mato Grosso.

Alertado por uma carta que recebeu do ex-deputado e cacique Mário Juruna, Sarney mandou seu consultor-geral analisar o assunto no final do ano passado. No dia 9 de dezembro, pôs sobre a mesa do presidente o parecer de Saulo Ramos, um documento com 13 páginas datilografadas. Após muitas explicações jurídicas, Saulo emite basicamente duas conclusões: 1) A Funai, então presidida por Romero Jucá, assinou contratos ilegais para exploração de madeiras em reservas indígenas; 2) Os contratos estão sujeitos a anulação.

Antes e depois de Saulo ter sentido para redigir seu parecer, os documentos confidenciais sobre as transações patrocinadas pela Funai circularam com desenvoltura entre os escaninhos do Ministério do Interior e do Palácio do Planalto, até serem juntados ao dossiê. Os papéis mais antigos são os contratos da Funai com as madeiras, firmados em setembro de 1987. O papel mais recente é um ofício do dia 12 de julho de 1988, assinado pelo general Bayma Denny, com explicações sobre os motivos que levam o Conselho de Defesa Nacional a se envolver com questões indígenas.

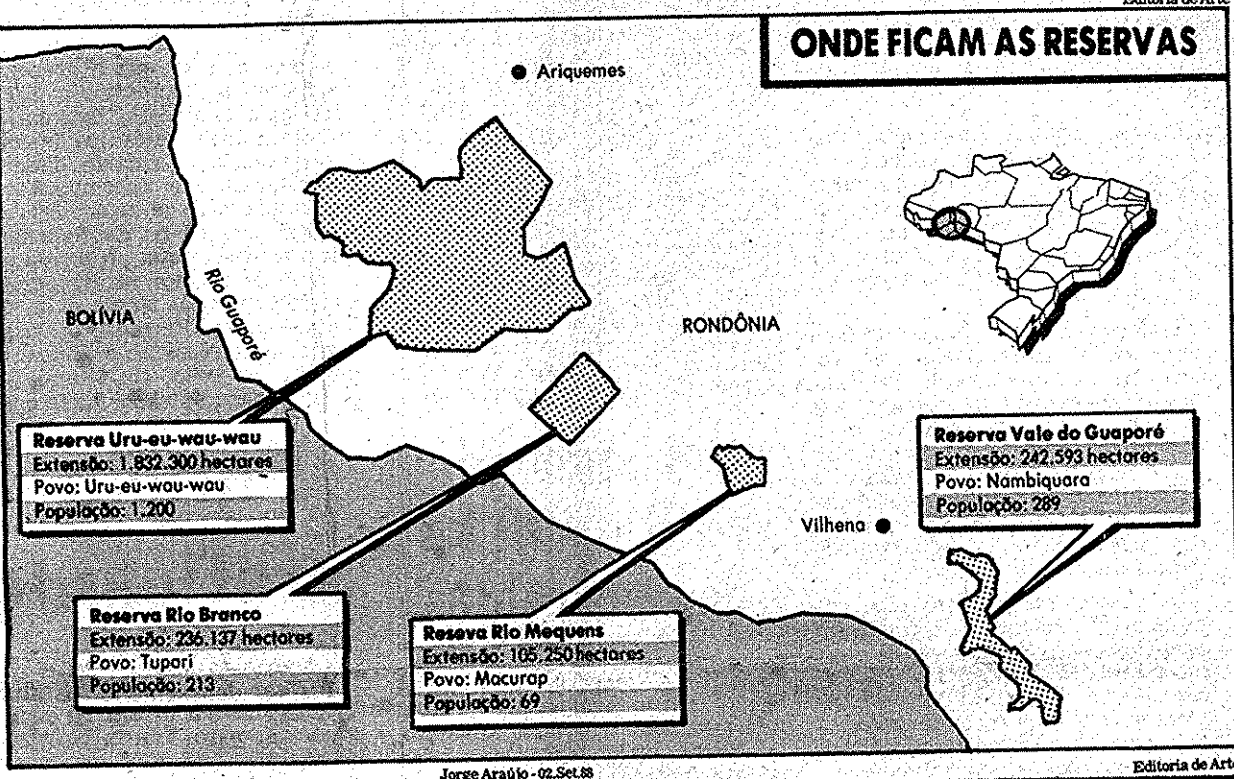
O conteúdo do dossiê do governo, repassado ao presidente José Sarney, expõe um intrincado jogo de interesses em torno da comercialização de madeiras em áreas indígenas. Estão envolvidos na operação

desde a Funai até o Conselho de Defesa Nacional (CDN) — antigo Conselho de Segurança Nacional —, passando pelos próprios índios.

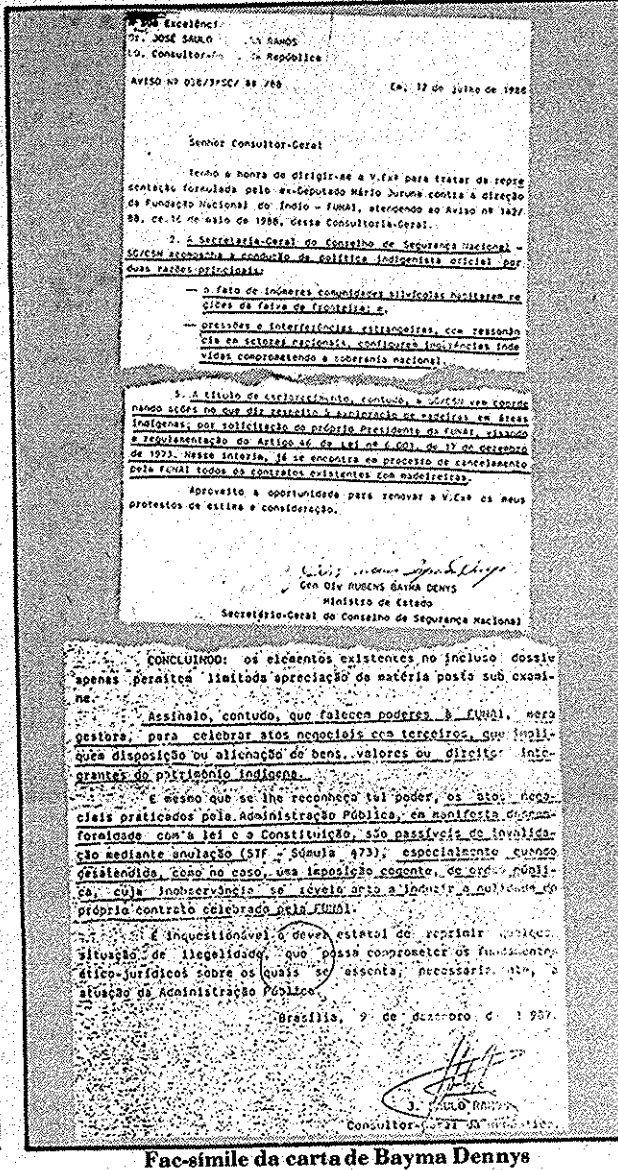
O esquema exposto no dossiê possui um formato triangular. Num dos vértices, as madeiras surgem como parte interessada no corte de árvores plantadas em solo indígena. Manifestam especial interesse por mogno, cedro, cerejeira e ipê. Os documentos sigilosos informam que, em outra ponta do triângulo, os índios não se opõem à exploração predatória de suas florestas, desde que recebam algum dinheiro em troca. Fechando a transação, a Funai se apresenta como gestora do patrimônio do índio para impedir que o negócio evolua sem a sua intermediação. O Conselho de Defesa Nacional, comandado pelo ministro-chefe do Gabinete Militar, general Rubens Bayma Denny, atua como coordenador da operação.

São duas as razões apresentadas pelo general. Primeiro, o fato de muitas aldeias se situarem em regiões de fronteira do Brasil com outros países. Em segundo lugar, as "pressões e interferências estrangeiras, com ressonância em setores nacionais, configurando ingerências indevidas e comprometendo a soberania nacional". Bayma Denny não apresenta detalhes sobre os tipos de "pressões e interferências" às quais os índios estão expostos.

Além do parecer de Saulo Ramos, o dossiê contém um documento produzido por Francisco Dário Mendes da Rocha, consultor jurídico do Ministério do Interior, que também concluiu pela ilegalidade dos contratos firmados entre a Funai e as madeiras.



Operação de desmatamento em área de Rondônia



Fac-símile da carta de Bayma Denny

Entidade quer que Japão suspenda importação

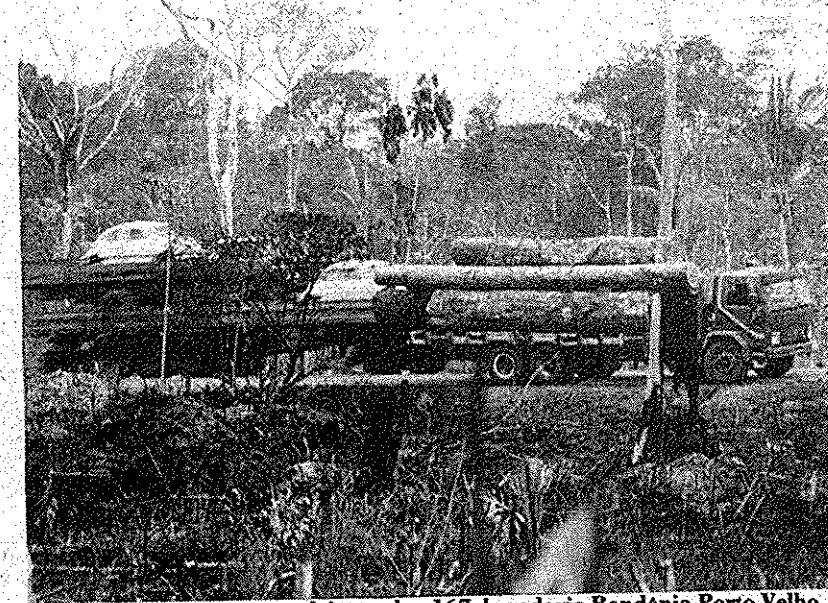
Da "United Press International" e da Sucursal de Brasília

O Fundo Mundial para a Preservação da Vida Selvagem (The World Wildlife Fund —WWF), uma das principais entidades conservacionistas do mundo, protestou ontem contra a decisão japonesa de importar madeira em toras das florestas tropicais brasileiras. O coordenador de campanhas da entidade, Adam Markham, disse em Tóquio que o WWF pediu aos comerciantes e ao governo japonês suspendam a compra de madeira tropical.

A exportação de madeira em toras foi proibida pelo governo brasileiro no pacote ecológico assinado pelo presidente Sarney que entrou em vigor no dia 18 de outubro passado. O Japão obteve uma permissão especial para adquirir a madeira de

áreas que serão inundadas na construção de novas represas na Amazônia. "É um precedente. Outras permissões também poderiam ser concedidas", disse Júlio César Centeno, diretor do Instituto Latino-Americano de Florestamento.

"A entrada da madeira brasileira no mercado japonês colocaria em risco as tentativas de melhorar o controle florestal. E aumentaria as importações de toras das florestas da Amazônia pelo Japão", disse Markham. O porta-voz do governo japonês disse que, por ser uma prática recente, é preciso tempo para analisar a importação de madeira brasileira. O Japão compra 40% do total de madeira tropical no mundo, sendo o maior comprador. O país busca madeira da América porque as reservas da Malásia, seu fornecedor, estão acabando.



Caminhão transporta madeira no km 167 da rodovia Rondônia-Porto Velho